



PARECER CONJUNTO

REFERÊNCIA: Projeto de Lei nº. 82/2026

ASSUNTO: Reajusta o valor do Vale Compra Alimentos dos servidores ativos da Câmara Municipal.

AUTOR: Mesa Diretora

O presente Projeto de Lei tem por objetivo reajustar o valor do Vale Compra Alimentos concedido aos servidores ativos do Poder Legislativo Municipal, fixando-o em R\$ 1.500,00 (mil e quinhentos reais) mensais.

A proposição visa atualizar o benefício atualmente concedido aos servidores da Câmara Municipal, com observância da disponibilidade orçamentária e financeira da instituição.

Acompanha o projeto Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro elaborado em atendimento aos artigos 16 e 17 da Lei Complementar nº 101/2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

A **Comissão de Constituição, Justiça e Redação** verificou que a matéria se insere na competência administrativa e legislativa da Câmara Municipal para disciplinar benefícios concedidos aos seus servidores, observada a iniciativa da Mesa Diretora.

Não se verificam vícios de constitucionalidade, legalidade ou técnica legislativa, estando a proposição em conformidade com o ordenamento jurídico vigente.

Dessa forma, esta Comissão manifesta-se favoravelmente à tramitação da matéria.

A **Comissão de Orçamento, Finanças e Contabilidade** examinou os aspectos financeiros e orçamentários da proposição.

O Relatório de Impacto Orçamentário e Financeiro demonstra que a implementação da medida acarretará impacto estimado de R\$ 163.139,17 no exercício de 2026, R\$ 246.472,42 em 2027 e R\$ 250.120,00 em 2028.

Consta do relatório que os valores considerados se encontram compatíveis com o Plano Plurianual – PPA, a Lei de Diretrizes Orçamentárias – LDO e a Lei Orçamentária Anual – LOA, havendo dotação específica para suportar as despesas decorrentes da execução da lei.

O estudo demonstra, ainda, que os recursos necessários estão previstos no orçamento da Câmara Municipal, podendo ocorrer suplementação, se necessária, durante a execução orçamentária.



Dessa forma, não se verificam impedimentos de natureza financeira ou orçamentária à aprovação da proposição.

Assim, após análise, as comissões manifestam pelo prosseguimento do projeto, reservando o direito de manifestação em Plenário, quando este constar na pauta da Ordem do Dia.

Plenário “Vereador Laurindo Ezidoro Jaqueta”, 12 de junho de 2026.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO, JUSTIÇA E REDAÇÃO

Ver. **NUNO GARCIA**
Presidente

Ver. **VALMIR REIS**
Relator

Ver. **THIAGO PADOVAN**
Membro

COMISSÃO DE ORÇAMENTO, FINANÇAS E CONTABILIDADE

Ver. **LELO PAGANI**
Presidente

Ver. **ZÉ FERNANDES**
Relator

Ver. **WELINTON JAPA**
Membro



Assinaturas Digitais

O documento acima foi proposto para assinatura digital na Câmara Municipal de Botucatu. Para verificar as assinaturas, clique no link: <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate?chave=R430-B240-0SS6-CS66> , ou vá até o site <https://botucatu9.siscam.com.br/Documentos/Validate> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido:

Código para verificação: R430-B240-0SS6-CS66

Câmara Municipal de Botucatu, 12 de junho de 2026

Botucatu, 12 de junho de 2026